



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
COMISSÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA

Ao oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta minutos, no Hotel Ritter, em Porto Alegre, teve início a sétima Sessão Ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização, com a presença de Célio da Cunha, Maria Cristina Vargas, Eronita Barcelos, Maria Clara Di Pierro, Justina Iva, Jane Paiva, Neroaldo de Azevedo Pontes, Sérgio Haddad e Marina Kahn, membros da Comissão. Participaram da reunião Timothy Ireland, Diretor de Educação de Jovens e Adultos, Maria Margarida Machado, Coordenadora-Geral Pedagógica de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, Tancredo Maia, Coordenador-Geral de Alfabetização, Cláudia Veloso Torres do Amaral, Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos, Marisa Rigo, chefe de gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, e Andréa Oliveira, assessora da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação. Foram registradas as ausências justificadas de Maria Aída Bezerra Costa, Maria Aparecida Shumacher e Normando Batista Santos. A reunião foi presidida pelo Professor Timothy Ireland, que saudou os integrantes da Comissão, reafirmando a excelente oportunidade que representa para a Comissão a realização da reunião conjugada com o ENEJA, e solicitou que os presentes se apresentassem. Em seguida, foi colocada em votação a pauta dos assuntos do dia, composta de: informes gerais; discussão sobre a ampliação da abrangência da Comissão Nacional de Alfabetização; apresentação do ENCCEJA; apresentação de propostas para avaliação dos programas da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos; planejamento da Semana de Educação de Adultos; e estratégia de repasse de recursos para os anos de dois mil e cinco e dois mil e seis. Foi sugerido que fosse incluído um ponto para discussão sobre o FUNDEB e a pauta foi aprovada por todos os presentes. Prosseguindo, o Professor Timothy pediu que as atas da reunião anterior fossem lidas no intervalo e assinadas até o final da sessão. Em seguida, passou aos informes gerais. Primeiramente, anunciou o lançamento do primeiro volume da “Coleção Educação para Todos”, intitulado “Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea”, produzido em parceria com a UNESCO. Ao ser informado de que a tiragem previa um exemplar para cada prefeitura, o Professor Célio da Cunha sugeriu que esta distribuição fosse feita somente após as eleições municipais, acompanhada de uma carta do Ministro, chamando a engajarem-se nas ações de educação de jovens e adultos, o que foi prontamente acatada pela Comissão. Apresentou ainda outra publicação em vias de ser distribuída,

denominada “Manual para o Alfabetizador: Orientações para obter o Registro Civil”, elaborado em conjunto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, destinada a cada alfabetizador cadastrado no Programa Brasil Alfabetizado trazendo os principais passos para atuarem junto aos alfabetizados e familiares como agentes de mobilização para a requisição dos principais documentos civis. O Professor Timothy também destacou os dois vídeos da campanha publicitária do Brasil Alfabetizado, que estão sendo veiculados nos principais canais de televisão do país, registrando que, somente no primeiro dia após o início da campanha, o serviço de atendimento do MEC recebeu mais de quatro mil e oitocentas ligações de pessoas querendo informações sobre como participar do programa, auxiliando os estados e municípios que estão com dificuldade de mobilização. A Professora Justina registrou que os municípios que já atingiram suas metas não têm conseguido atender à demanda gerada pela campanha. O Professor Timothy esclareceu que o principal efeito tem sido mobilizar a sociedade civil para o programa e sugeriu que estes interessados sejam identificados para o ano de dois mil e cinco. Dando prosseguimento aos informes, falou sobre o projeto de cooperação firmado com o Governo Japonês, voltado à formação de alfabetizadores, avaliação e sistematização e divulgação de boas práticas, nos estados da Paraíba, Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul, que se encontra em fase inicial de implementação. Informou ainda sobre o projeto de EJA profissionalizante, do qual participam a SECAD, a Secretaria de Educação Tecnológica e o Ministério do Trabalho e Emprego, que visa desenvolver ações que integrem a profissionalização com o ensino fundamental. Completou dizendo que o projeto, se aprovado nestes próximos meses, deverá ter início em dois mil e cinco. Em seguida, passou a palavra para o Professor Tancredo, que apresentou os dados sobre o Programa Brasil Alfabetizado deste ano. Destacou que houve um acréscimo significativo nos projetos de secretarias estaduais e de prefeituras em relação ao ano anterior, totalizando sessenta e dois por cento dos recursos disponíveis e confirmando, assim, as diretrizes traçadas pelo Secretário. Esclareceu ainda que foram feitos cortes nas metas de todos os projetos apresentados por ONGs e um mapeamento dos municípios sem cobertura ou com superposição para definir a abrangência de atuação de cada entidade. O Professor Timothy falou da reunião ocorrida com o CONSED em que o Secretário Ricardo Henrique apresentou uma proposta de mapeamento e coordenação da oferta de classes de alfabetização pelos estados, cuja forma de operacionalização encontra-se em discussão. O Professor Célio da Cunha sugeriu que entidades como o SESI e o MEB fossem convidadas para participar de reuniões da Comissão, o que foi acatado por todos os membros presentes. A Professora Justina e o Professor Neroaldo externaram sua preocupação com relação aos atrasos já verificados nos repasses do programa Brasil Alfabetizado. Diante das dificuldades já enfrentadas no ano de dois mil e três, o Professor Sergio Haddad propôs que a Comissão apresentasse uma moção contra o atraso na liberação dos recursos, tendo sido aceita por unanimidade. A moção apresentada pela Comissão foi a seguinte:

“A Comissão Nacional de Alfabetização, reunida em Porto Alegre no dia oito de setembro de dois mil e quatro, Dia Internacional da Alfabetização, tomou

conhecimento do atraso no repasse de recursos relativos ao Programa Brasil Alfabetizado do ano de dois mil e três.

Frente a novos atrasos que se afiguram para o ano de dois mil e quatro, a Comissão vem manifestar a preocupação de que o compromisso deste Governo em resgatar o direito de milhões de jovens e adultos em se alfabetizar não se cumpra dentro das metas estabelecidas e com a indispensável qualidade.

Neste sentido, solicitamos que sejam tomadas medidas urgentes para que o fluxo de recursos seja cumprido com a agilidade necessária, não comprometendo a efetividade e a credibilidade do Programa Brasil Alfabetizado.”

Dando prosseguimento à reunião, o Professor Timothy passou a palavra para a Professora Cláudia, para os informes da Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos, que iniciou sua explanação apresentando os dados do Programa Fazendo Escola e dos PTAs para execução das ações de apoio à capacitação de professores e à produção de material didático. Em seguida informou a Comissão sobre o lançamento do Prêmio da Fundação Abrinq e Natura, que premiará experiências inovadoras em projetos de educação de jovens e adultos. Falou também da proposta de material didático para EJA desenvolvida pela Unitrabalho e ficou decidido que um representante dessa entidade será convidado para participar da próxima reunião da Comissão Nacional de Alfabetização. A Professora Maria Clara perguntou sobre a pesquisa feita pela FIPE sobre o Programa Fazendo Escola e o Professor Timothy se comprometeu a encaminhar cópias desta avaliação para os membros da Comissão. A Professora Cláudia encerrou informando que no material do Pró-Formação, projeto da SEED de formação de professores leigos, estão sendo incluídos dois novos módulos para educação de jovens e adultos, previstos para serem implantados em julho de dois mil e cinco. Continuando os informes, a Professora Margarida passou a relatar as ações a cargo da equipe pedagógica da Diretoria. Além da análise de projetos e do acompanhamento mensal destes, esclareceu que foram definidos seis grupos de trabalho, que serão responsáveis pelas principais linhas de ação da coordenação pedagógica: formação; material didático; leituração; avaliação; EJA e o mundo do trabalho; e publicações. Falou ainda sobre o Projeto Alfa-Inclusão, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, que trabalha a questão da alfabetização integrada ao desenvolvimento do espírito empreendedor dos alfabetizados. Explicou que o Alfa-Inclusão passou por uma redefinição e que um projeto piloto está sendo implantado em Arinos-MG e em Brazlândia-DF. Em seguida, houve um debate sobre o tema da Leituração, iniciado com as colocações da Professora Jane e do Professor Neroaldo no sentido de que as discussões não devem acontecer de forma isolada na SECAD, mas articuladas com a SEB, pensando as diretrizes e as definições para as políticas. O Professor Célio lembrou da reunião a ser promovida pelo Ministério da Cultura, no dia seis de novembro próximo, para discutir o Plano Nacional de Leitura, em que seria fundamental a participação da Secretaria. A Professora Eronita sugeriu colocar as editoras das universidades à disposição para publicações. A Professora Margarida completou dizendo que deve-se potencializar a produção local de material de EJA, e o papel dos Fóruns é chave para fortalecer as discussões sobre essa temática. O Professor Timothy ressaltou a importância da Comissão de Leituração para a consolidação do Programa, registrando que a mesma será convocada tão logo se

defina a abrangência de sua nova atuação. A Comissão reiterou a solicitação de que se faça um mapeamento das experiências de EJA desenvolvidas no país e, ainda, um levantamento sobre quanto, do montante de recursos orçamentários destinados obrigatoriamente para educação, está sendo utilizado em EJA. Um ponto colocado pela Professora Jane questiona a verdadeira contribuição das ONGs num programa como o Brasil Alfabetizado, uma vez que estas entidades poderiam participar com ações mais efetivas como, por exemplo, formação continuada, ao invés de concorrer com os estados e municípios na execução direta da alfabetização. Finalizando a primeira parte da reunião, o Professor Timothy registrou que deverá ser estabelecido um canal de comunicação mais ativo e freqüente, com o encaminhamento regular de textos para reflexão e outros materiais que possam ser de interesse dos componentes da Comissão. Às doze horas e trinta minutos, a sessão foi interrompida, fez-se um intervalo, e os trabalhos foram retomados às quatorze horas e quinze minutos. A segunda parte da reunião contou também com a participação do Professor Leôncio, representante dos Fóruns de EJA, e foi iniciada com a apresentação do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, pelo Sr. David Simões, da Diretoria de Certificação de Competências do INEP. Apresentou os objetivos, os princípios que nortearam sua concepção, a forma de implementação e as características básicas do Exame. Ressaltou que o INEP quer discutir, com as principais entidades que se relacionam com educação de jovens e adultos, sobre a pertinência de se ter um Exame desta natureza, de caráter nacional, ou outro instrumento de avaliação para educação de jovens e adultos. Em seguida, a Comissão passou a debater o tema. Diversos membros da Comissão colocaram que o INEP poderia contribuir no levantamento das experiências de educação de jovens e adultos no país e na avaliação da qualidade da EJA. O Professor Célio sugeriu que fosse contratado um bom especialista em avaliação, que elaborasse um relatório consistente sobre os instrumentos de avaliação existentes e, posteriormente, seminários fossem organizados para debater o conteúdo desta pesquisa. A Professora Maria Clara reconhece que, embora as certificações sejam competência dos estados, estes precisam da assistência técnica do MEC e é um tema que não deve sair da pauta. A Professora Jane concordou que se deve discutir o ENCCEJA, lembrando que, por centralizar as ações, vai na direção contrária da EJA. O Sr David reafirmou que não se trata de uma defesa do ENCCEJA, mas de uma discussão sobre a pertinência da existência deste ou de outro instrumento que possa dar resposta a uma demanda que existe e que está sendo cobrada do MEC. A Professora Justina lembrou que avaliação e certificação são coisas distintas e assim devem ser consideradas. O Professor Timothy, acatando a sugestão do Professor Célio, propôs que o INEP encomendasse um estudo sobre o ENCCEJA e os instrumentos de avaliação de EJA existentes, que subsidiasse as discussões sobre este tema. O Professor Neroaldo sugeriu que o INEP envolvesse o CNE, a UNDIME, o CONSED, os Conselhos Estaduais e os Fóruns no debate. O Sr. David agradeceu a oportunidade e encerrou sua participação na reunião. Antes de prosseguir com a pauta do dia, o Professor Timothy sugeriu que o item sobre a Semana de Educação de Adultos fosse abordado na próxima reunião da Comissão. Em seguida, passou à discussão sobre a ampliação da abrangência da

Comissão Nacional de Avaliação, sobre a definição de seu novo papel e de sua nova composição. O Professor Neroaldo, recuperando o que havia sido discutido na última reunião, registrou que já tinha ficado acertado que a Comissão seria de Alfabetização e de EJA. O Professor Timothy ressaltou que a discussão deveria ficar em torno da necessidade de se ampliar a composição e se esta seria representativa. A Professora Margarida levantou a importância de ter um representante da SEB nesta Comissão. A Professora Marina ponderou que a representação das ONGs indigenistas não representa os indígenas e seria preciso consultar a Coordenação Geral Escolar Indígena sobre a representatividade na Comissão. A Professora Jane considerou também necessário ter um representante da Diretoria de Diversidade da SECAD. O Professor Célio ressaltou que há que se ter cuidado, pois não é possível ter representantes de todos os segmentos. O Professor Neroaldo sugeriu que, de acordo com a pauta, fossem convocados membros de outras Secretarias ou de outros setores. O Professor Timothy ficou de analisar todos estes pontos e encaminhar uma proposta para decisão. Outro ponto discutido foi a Medalha Paulo Freire, instituída pelo Decreto Presidencial que criou o Programa e a Comissão. Algumas sugestões de forma de indicação, categorias, periodicidade, quantidade e distribuição da Medalha foram discutidas e foi sugerido que o Professor Celio apresentasse um esboço sobre o regulamento do prêmio para discussão entre a Comissão. Em seguida, o Professor Timothy passou a apresentar as propostas de avaliação que serão implementadas este ano. O Professor Tancredo falou da avaliação do Programa Brasil Alfabetizado dois mil e três, utilizando o instrumento desenvolvido pela Professora Vera Masagão, que deverá ter início dos próximos dias. A Professora Jane observou que há um problema da falta de teste de entrada, que seria substituído por uma entrevista, mas que comprometeria a qualidade do resultado da avaliação. A Professora Margarida relatou sobre o instrumento que está sendo pensado para o ano de dois mil e quatro, em parceria com o INEP, que traz a preocupação com uma avaliação que não seja só cognitiva, mas que aborde outros aspectos formativos. O Professor Timothy apresentou o projeto de avaliação diagnóstica, desenvolvido pela Unesco, em que se trabalha a articulação do Programa Brasil Alfabetizado com o Programa Fazendo Escola, utilizando as equipes locais das Universidades. A partir do último ponto da pauta, passou-se a contar com a presença do Secretário Ricardo Henrique na reunião, que falou da sua participação no encontro do CONSED ocorrido no mês de agosto. Relatou que foi apresentada a proposta de um planejamento para dois anos com repactuação entre os Estados, em que está prevista a negociação das metas com cada Estado, até dezembro, para que o efeito seja imediato. Ressaltou que para isso é preciso mapear a oferta de alfabetização existente e disse que conta com a Comissão para a calibragem do instrumento para este mapeamento. A Professora Maria Clara ponderou que, embora a idéia do consórcio seja positiva, a experiência com os estados não é uniforme, e, ainda, que a qualidade dos dados não é boa, sobretudo, em função do FUNDEF. O Professor Neroaldo ressaltou a necessidade de estabelecer o acompanhamento sistemático do mapa de oferta pela UNDIME e pelos Fóruns de EJA. A Professora Justina quis deixar registrado a sua discordância com o critério que está sendo utilizado no Fazendo Escola, pois não contemplou o aumento verificado pelas turmas de egressos do

Brasil Alfabetizado de dois mil e três. O Secretário Ricardo Henriques falou ainda que já está garantido um aumento de cinquenta e cinco milhões de reais no orçamento do Programa Brasil Alfabetizado no próximo ano. O Professor Timothy encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos, registrando uma vez mais a satisfação de ter a Comissão participando do ENEJA, considerado o evento mais importante da área, e que vem selar a forma como este governo encara a educação de jovens e adultos.